

DIRETRIZES PROJETOIS PARA ACESSIBILIDADE URBANA: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA

Project Guidelines for Urban Accessibility: A Bibliometric Review

Directrices de Diseño para la Accesibilidad Urbana: Una Revisión Bibliométrica

**DOURADO, A. P.¹; GUARDA, E. L. A.²;
PARRA, G. G.³; GOMES, R. F.⁴**

Resumo

A urbanização crescente e a diversidade das necessidades urbanas destacam a importância de diretrizes projetuais eficazes para a acessibilidade nas cidades. Este artigo realiza uma revisão bibliométrica para avaliar as diretrizes existentes e sua aplicação prática. Apesar dos avanços normativos, a implementação enfrenta desafios, incluindo infraestrutura inadequada e falta de manutenção das áreas verdes. A revisão indica que muitos ambientes urbanos ainda apresentam barreiras significativas que afetam a mobilidade e a qualidade de vida, especialmente para crianças, idosos e pessoas com deficiência. O estudo sugere que uma abordagem integrada, com dados quantitativos e perspectivas diversas, é essencial para melhorar a eficácia das diretrizes e criar ambientes urbanos inclusivos. As conclusões destacam a necessidade de superar lacunas na implementação para garantir equidade e acessibilidade urbana.

Palavras-chave: Calçadas; Caminhabilidade; Diretrizes urbanas; Mobilidade urbana; Revisão bibliométrica.

¹ DOURADO, A. P. - Allana Peres Dourado. Graduada de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4752-5599>, allana.p@ufms.br

² GUARDA, E. L. A. - Emeli Lalesca Aparecida da Guarda. Professora Doutora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7536-4448>, emeli.guarda@ufms.br

³ PARRA, G. G. - Geovana Geloni Parra. Professora Doutora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3281-7018>, geovana.parra@ufms.br

⁴ GOMES, R. F. - Ramon Fortunato Gomes. Professor Doutor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0220-7147>, ramon.fortunato@ufms.br

Data da Submissão:

31 de outubro de 2024

Data da Aprovação:

02 de dezembro de 2024

Data da Publicação:

19 de dezembro de 2024

COMO CITAR:

Dourado, A. P.; Guarda, E. L. A.; Parra, G. G.; Gomes, R. F. DIRETRIZES PROJETOIS PARA ACESSIBILIDADE URBANA: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA. Engenharia Urbana Em Debate, 5(2). <https://doi.org/10.14244/engurbdebate.v5i2.140>



Abstract

Increasing urbanization and the diversity of urban needs highlight the importance of effective design guidelines for accessibility in cities. This paper conducts a literature review to assess existing guidelines and their practical application. Despite regulatory advances, implementation faces challenges, including inadequate infrastructure and lack of maintenance of green areas. The review indicates that many urban environments still present significant barriers that affect mobility and quality of life, especially for children, the elderly, and people with disabilities. The study suggests that an integrated approach, with quantitative data and diverse perspectives, is essential to improve the effectiveness of guidelines and create inclusive urban environments. The findings highlight the need to overcome gaps in implementation to ensure equity and urban accessibility.

Keywords: Sidewalks; Walkability; Urban standards; Urban mobility; Bibliometric review.

Resumen

La creciente urbanización y la diversidad de necesidades urbanas resaltan la importancia de directrices de diseño eficaces para la accesibilidad en las ciudades. Este artículo realiza una revisión bibliométrica para evaluar las directrices existentes y su aplicación práctica. A pesar de los avances regulatorios, la implementación enfrenta desafíos, incluida una infraestructura inadecuada y la falta de mantenimiento de las áreas verdes. El análisis indica que muchos entornos urbanos todavía presentan barreras importantes que afectan la movilidad y la calidad de vida, especialmente para los niños, los ancianos y las personas con discapacidad. El estudio sugiere que un enfoque integrado, con datos cuantitativos y perspectivas diversas, es esencial para mejorar la eficacia de las directrices y crear entornos urbanos inclusivos. Los hallazgos resaltan la necesidad de superar las brechas en la implementación para garantizar la equidad y la accesibilidad urbana.

Palabras-clave: Aceras; Caminabilidad; Normas urbanas; Movilidad urbana; Revisión bibliométrica.

1. Introdução

A crescente urbanização e a diversificação das necessidades dos cidadãos exigem uma reflexão mais profunda sobre a acessibilidade nas cidades. Enquanto as discussões sobre mobilidade urbana se intensificam, é fundamental compreender como as diretrizes projetuais podem ser adaptadas para atender a diferentes grupos de usuários. Nesse contexto, a análise das lacunas existentes nas políticas públicas e na infraestrutura urbana se torna essencial para garantir que todos os cidadãos possam usufruir de um ambiente urbano inclusivo e seguro (Tavares e Montenegro, 2018).

A acessibilidade é um dos pilares fundamentais para a construção de sociedades inclusivas, onde todos têm o direito de participar plenamente da vida urbana. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 2015 (Lei nº 13.146/2015) estabelece diretrizes essenciais para garantir a acessibilidade em edificações, espaços urbanos e serviços, reforçando a responsabilidade do poder público em criar ambientes que atendam às necessidades de todos. Essa legislação é um marco importante na promoção da igualdade de oportunidades e na eliminação de barreiras que dificultam a participação plena das pessoas com deficiência. Além disso, a NBR 9050 (2020) orienta sobre as condições mínimas que devem ser observadas na construção e adaptação de

espaços, assegurando que calçadas, transportes e outros elementos da infraestrutura urbana sejam acessíveis. No entanto, a implementação dessas diretrizes muitas vezes enfrenta desafios relacionados à fiscalização e à conscientização, resultando em soluções pontuais e inconsistentes.

A análise da acessibilidade urbana é fundamental para compreender os desafios enfrentados por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nas cidades brasileiras. Silva e Oliveira (2021) e Costa e Pereira (2022) evidenciam que, apesar das legislações existentes, a implementação dessas diretrizes ainda é deficiente, resultando em espaços públicos que não consideram as necessidades específicas de todos os cidadãos. Essa realidade não apenas limita o deslocamento, mas também prejudica a participação social e a inclusão, reforçando a urgência de um planejamento urbano que priorize a acessibilidade e a equidade.

A importância das calçadas urbanas, conforme discutido por Martins e Santos (2023), é um exemplo claro das consequências da falta de atenção à infraestrutura inclusiva. As calçadas são essenciais para a mobilidade, e sua degradação compromete não apenas a segurança, mas também a liberdade de locomoção de diversos grupos, incluindo crianças e idosos. A análise

crítica dessas condições revela que a negligência em relação a esses espaços contribui para a exclusão social, destacando a necessidade de intervenções que garantam a acessibilidade e a segurança de todos os cidadãos.

Além disso, a pesquisa de Araújo, Lima e Leão (2022), Fernandes e Souza (2023) e Bisinoto, Andrade e Wiesinieski (2023) reforça a ideia de que a criação de ambientes urbanos acessíveis é vital para a qualidade de vida. A requalificação da infraestrutura, a implementação de áreas verdes e a consideração das necessidades específicas de diferentes grupos etários e sociais são aspectos que devem ser priorizados. A falta de espaços adequados para a interação e o lazer impacta diretamente na saúde mental e no bem-estar da comunidade, evidenciando que a acessibilidade não é apenas uma questão de mobilidade, mas um elemento central para a construção de cidades mais justas e inclusivas.

Esses estudos convergem para a necessidade de diretrizes projetuais que promovam a inclusão e a acessibilidade, mas também revelam lacunas que merecem atenção. A falta de dados quantitativos, a ausência de planos de manutenção para áreas verdes e a necessidade de incluir diferentes perspectivas na análise das diretrizes são aspectos que podem enriquecer futuras pesquisas. A construção de cidades verdadeiramente inclusivas requer um esforço conjunto para superar esses desafios e garantir que todos os cidadãos tenham acesso a um ambiente urbano seguro e acolhedor.

Diante desse cenário, este artigo adota como referencial metodológico a revisão bibliométrica de literatura, conforme proposto por Galvão e Pereira (2014). Esse método permite identificar, selecionar, avaliar e sintetizar informações relevantes sobre o tema da acessibilidade urbana. O objetivo principal é responder à seguinte pergunta problema: Quais são as diretrizes projetuais estabelecidas para promover a acessibilidade urbana, e como elas são aplicadas a diferentes grupos de usuários com necessidades específicas? Ao abordar essa questão, busca-se contribuir para o desenvolvimento de soluções que tornem as cidades mais inclusivas e acessíveis para todos.

2. Materiais e Métodos

Adota-se como referencial metodológico, a revisão bibliométrica de literatura, que consiste em um método para identificar, selecionar, avaliar e sintetizar informações importantes que estão disponíveis acerca de um determinado tema, permitindo realizar uma investigação focada em um tópico definido (Galvão e Pereira, 2014). Pretende-se, com isso, responder a seguinte pergunta problema: Quais são as diretrizes projetuais estabelecidas para promover a acessibilidade urbana, e como elas são aplicadas a diferentes grupos de usuários com necessidades específicas?

As buscas foram feitas com janela temporal de dez anos na plataforma Google Acadêmico. Os descritores foram definidos para direcionarem aos temas de acessibilidade, calçadas e diretrizes urbanas. Utilizou “e” como critério booleano, na relação de todos os descritores. Assim, foram direcionados para artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, além de proporcionar acesso aos Repositórios das Universidades e as Bibliotecas Digitais da Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade de São Paulo (USP), ao Encontro Latino Americano e Europeu sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis (EUROLECS), a Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade (PIXO), entre outras bases de dados e publicações.

Após as buscas nas plataformas, na etapa de pré-avaliação, foram selecionados apenas artigos científicos revisados por pares e publicados em revistas científicas. Posteriormente, procedeu-se à leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves a fim de verificar a potencialidade das publicações para a finalidade do estudo. As publicações pré-selecionadas foram classificadas como alta, média ou baixa, em três dimensões: qualidade da execução, adequação à questão da revisão e adequação ao foco da revisão, seguindo os princípios de Dresch, Lacerda e Antunes Junior (2014) (Tabela 01).

O critério para classificação de uma publicação como alta nos termos do presente estudo

considerou a aplicação de diretrizes projetuais estabelecidas para promover a acessibilidade urbana, tendo como foco as calçadas. Este procedimento permitiu a análise pós-avaliação,

que envolve a consolidação baseada em uma média das dimensões anteriores, selecionando-se as publicações que obtiveram classificação alta nas três dimensões.

Tabela 1 – Critérios de Pós-avaliação

Avaliação do objeto selecionado quanto à			
Qualidade da execução	Adequação à questão da revisão	Adequação ao foco da revisão	Critério de ponderação da qualidade
Alta	Alta	Alta	Alta
Alta	Alta	Média	Média
Alta	Média	Média	Média
Média	Média	Média	Média
Alta	Alta	Baixa	Baixa
Alta	Média	Baixa	Baixa
Média	Média	Baixa	Baixa
Média	Baixa	Baixa	Baixa
Baixa	Baixa	Baixa	Baixa

Fonte: adaptado de Dresch, Lacerda e Antunes Junior (2014).

3. Resultados e Discussões

As buscas resultaram em 78 documentos, sendo 29 de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), 14 Dissertações de Mestrados, 4 Teses de Doutorado e 13 artigos científicos, os outros 18 documentos são capítulos de livros, manuais e relatórios de iniciação científica.

Na etapa de pré-avaliação considerou-se somente os artigos científicos publicados em revistas científicas, excluindo um com duplicidade (Tabela 02).

A partir da pré-seleção dos artigos, considerando os critérios de seleção, definiram cinco artigos como de alta adequação ao foco da revisão. Assim, foram identificadas as localizações geográficas com a finalidade de reconhecer a distribuição espacial dos estudos sobre o tema, identificando os principais objetivos de cada estudo.

Araújo, Lima e Leão (2022) avaliaram a mobilidade urbana e propuseram diretrizes para melhorar

a qualidade do ambiente urbano, focando nas percepções da população sobre os espaços públicos de circulação em Belém, Pará. Fernandes e Souza (2023), analisaram as fragilidades de acessibilidade para crianças e propôs diretrizes para melhorar a caminhabilidade infantil na cidade, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Bisinoto; Andrade e Wiesinieski (2023), analisaram as dimensões da sustentabilidade urbana com o intuito de contribuir para a revisão do plano diretor da cidade de Alto Paraíso de Goiás. Lima (2020) analisou os aspectos qualitativos do desenho urbano que influenciam a mobilidade do pedestre nas vias com corredores de ônibus, visando melhorar a experiência e segurança dos usuários no ambiente urbano em São Paulo. Lima; Aguiar e Maria (2021) investigaram como o espaço urbano é vivenciado por mulheres, identificando questões de vulnerabilidade, insegurança e barreiras às mobilidades que afetam sua experiência no ambiente urbano em Teodoro Sampaio, São Paulo.

Tabela 2 – Publicações pré-selecionadas e critérios de pós-avaliação da qualidade

#	Autores	Qualidade da execução	Adequação à questão da revisão	Adequação ao foco da revisão	Pós-avaliação
1	Araújo; Lima e Leão (2022)	Alta	Alta	Alta	Alta
2	Lima (2020)	Alta	Alta	Alta	Alta
3	Leite e Espindula (2020)	Média	Baixa	Baixa	Baixa
4	Fernandes e Souza (2023)	Alta	Alta	Alta	Alta
5	Heichard (2023)	Alta	Média	Baixa	Baixa
6	Lima; Aguiar e Maria (2021)	Alta	Alta	Alta	Alta
7	Bisinoto; Andrade e Wiesinieski (2023)	Alta	Alta	Alta	Alta
8	Leichter et al. (2021)	Alta	Média	Baixa	Baixa
9	Marchioro e Petry (2022)	Média	Média	Média	Média
10	Detoni e Rocha (2022)	Média	Baixa	Baixa	Baixa
11	Lima et al. (2019)	Média	Baixa	Baixa	Baixa
12	Fernandes e Masiero (2020)	Alta	Média	Baixa	Baixa

Fonte: elaborada pelo autor (2024).

3.1 Diretrizes Projetuais para a Acessibilidade Urbana

A discussão sobre as diretrizes projetuais para promover a acessibilidade urbana, conforme abordado nos artigos de Araújo; Lima e Leão (2022), Fernandes e Souza (2023), Bisinoto; Andrade e Wiesinieski (2023), Lima (2020) e Lima; Aguiar e Maria (2021), revela uma preocupação crescente com a inclusão de diferentes grupos de usuários nas cidades. Esses estudos destacam a importância de criar ambientes urbanos que atendam às necessidades específicas de todos os cidadãos, incluindo crianças, idosos e pessoas com deficiência.

Araújo; Lima e Leão (2022) enfatizam a necessidade de requalificação da infraestrutura urbana, focando na criação de calçadas adequadas, sinalização clara e espaços públicos seguros. A pesquisa identificou que muitos moradores enfrentam

barreiras significativas na mobilidade, o que limita seu acesso a serviços essenciais e compromete sua qualidade de vida. As propostas sugeridas visam transformar o espaço urbano em um ambiente mais acessível, promovendo a mobilidade ativa e a interação social. Fernandes e Souza (2023) complementam essa discussão ao abordar a importância das áreas verdes urbanas e seu papel na qualidade de vida. As diretrizes apresentadas no estudo incluem a criação de parques e praças que sejam acessíveis a todos, especialmente para famílias e crianças. Os autores argumentam que a integração da natureza no ambiente urbano não apenas embeleza a cidade, mas também oferece espaços seguros para recreação e socialização, fundamentais para o desenvolvimento infantil e o bem-estar geral da população.

Por sua vez, Bisinoto; Andrade e Wiesinieski (2023) focam na caminhabilidade infantil, propondo diretrizes que priorizam a segurança e a acessibilidade das crianças nas ruas. O estudo revela que muitos espaços urbanos não são adequados para o deslocamento infantil, o que limita a liberdade das crianças e sua capacidade de explorar o ambiente. As diretrizes sugeridas incluem a melhoria das calçadas, a criação de áreas de lazer seguras e a implementação de políticas que considerem as necessidades específicas das crianças, promovendo um ambiente urbano mais inclusivo.

Lima (2020) destaca a importância do desenho urbano na mobilidade dos pedestres, especificamente em áreas com corredores de ônibus em São Paulo. As diretrizes propostas incluem a melhoria das calçadas, maior visibilidade, e uma melhor iluminação pública. Essas medidas são aplicadas principalmente a pedestres, incluindo idosos, pessoas com deficiência, e usuários de transporte público, com o objetivo de tornar o ambiente urbano mais inclusivo e seguro. A pesquisa sugere que, ao melhorar esses aspectos, é possível aumentar a acessibilidade e a segurança, promovendo uma mobilidade urbana mais eficiente para todos os usuários.

Lima, Aguiar e Maria (2021) trazem uma perspectiva de gênero ao urbanismo, analisando como as mulheres experienciam o espaço urbano em Teodoro Sampaio, SP. A pesquisa enfatiza a criação de ambientes seguros e acessíveis, com diretrizes voltadas para a melhoria da iluminação, maior visibilidade, e a inclusão de espaços públicos que considerem as necessidades específicas das mulheres. Essas diretrizes são aplicadas para promover um ambiente urbano mais seguro para as mulheres, mas também podem beneficiar outros grupos vulneráveis, mostrando a importância de um planejamento urbano inclusivo que considere as particularidades de diferentes grupos.

A análise das diretrizes projetuais para a promoção da acessibilidade urbana, conforme discutido nos estudos de Araújo; Lima e Leão (2022), Fernandes e Souza (2023), Bisinoto; Andrade e Wiesinieski (2023), Lima (2020) e Lima; Aguiar e Maria (2021), evidencia a crescente conscientização sobre a necessidade de um planejamento urbano inclusivo. Esses estudos sublinham a importância de adaptar os ambientes urbanos para atender às necessidades de diversos grupos, incluindo crianças, idosos e pessoas com deficiência, garantindo que todos possam usufruir plenamente dos espaços públicos. A integração de melhorias na infraestrutura, áreas verdes e mobilidade sustentável é crucial para criar cidades mais acessíveis e seguras. A implementação dessas diretrizes não só promove a igualdade de acesso e a qualidade de vida, mas também reforça o compromisso com um desenvolvimento urbano que valoriza a diversidade e a inclusão. A abordagem holística e adaptada a diferentes contextos e grupos é essencial para a construção de ambientes urbanos verdadeiramente inclusivos e sustentáveis. A Tabela 3 resume as diretrizes utilizadas e do público-alvo.

A análise crítica dos estudos sobre acessibilidade urbana revela um panorama complexo e interconectado, destacando a importância de abordar as barreiras existentes na mobilidade e a necessidade de diretrizes inclusivas. Araújo, Lima e Leão (2022) enfatizam que a infraestrutura inadequada, como calçadas e sinalização, compromete a qualidade de vida dos moradores, limitando seu acesso a serviços essenciais. Essa constatação evidencia a urgência de um planejamento urbano que considere as especificidades de cada comunidade. No entanto, a ausência de dados quantitativos enfraquece as conclusões, sugerindo que futuras pesquisas devem incorporar métricas que permitam uma análise mais precisa das condições de mobilidade.

Tabela 3 – Resumo das diretrizes utilizadas e do público-alvo

Autores	Diretrizes Utilizadas	Público-Alvo	Principais Resultados
Araújo; Lima e Leão (2022)	Requalificação da infraestrutura urbana, calçadas adequadas e sinalização clara	Moradores em geral	Identificação de barreiras significativas na mobilidade urbana, comprometendo a qualidade de vida.
Fernandes e Souza (2023)	Criação de áreas verdes acessíveis e integração da natureza no espaço urbano	Famílias e Crianças	Demonstração da importância das áreas verdes para a qualidade de vida e interação social
Bisinoto; Andrade e Wiesinieski (2023)	Melhoria das calçadas, criação de áreas de lazer seguras e políticas para crianças	Famílias e Crianças	Muitos espaços urbanos não são adequados para o deslocamento infantil, limitando sua liberdade.
Lima (2020)	Ampliação de calçadas, melhoria na iluminação pública e implementação de sinalização mais clara e visível	Pedestres, incluindo pessoas com mobilidade reduzida e idosos	Melhorias nas calçadas e iluminação aumentam a segurança e acessibilidade dos pedestres, reduzindo riscos de acidentes
Lima; Aguiar e Maria (2021)	Melhoria na iluminação pública, criação de áreas de visibilidade, instalação de câmeras de segurança e desenho de rotas mais seguras para mulheres	Mulheres	Identificou que as mulheres enfrentam barreiras significativas relacionadas à insegurança no uso dos espaços urbanos, e as diretrizes propostas visam mitigar esses problemas

Fonte: elaborada pelo autor (2024).

Fernandes e Souza (2023) abordam a relevância das áreas verdes urbanas para a promoção da saúde mental e interação social, propondo diretrizes que visam criar espaços acessíveis para famílias e crianças. Contudo, a falta de um plano de manutenção contínua para esses espaços representa uma lacuna significativa. Sem estratégias claras para garantir que as áreas verdes permaneçam seguras e bem cuidadas, os benefícios potenciais podem ser rapidamente comprometidos, resultando em áreas subutilizadas ou até perigosas.

Bisinoto, Andrade e Wiesinieski (2023) trazem à tona a questão da mobilidade infantil, revelando que muitos ambientes urbanos não são adequados para o deslocamento de crianças. As diretrizes propostas para melhorar a segurança e acessibilidade são essenciais, mas a falta de inclusão da perspectiva de pais e educadores limita a profundidade da análise. Compreender as experiências e preocupações desses grupos pode fornecer subsídios que enriqueceriam as diretrizes e garantiriam que as soluções propostas realmente atendam às necessidades das crianças.

Além disso, Lima (2020) foca na melhoria do design das calçadas e na segurança através da iluminação e visibilidade em corredores de ônibus em São Paulo. Os resultados demonstram que essas melhorias podem aumentar a segurança e a acessibilidade para pedestres, especialmente para aqueles com mobilidade reduzida. No entanto, uma análise mais detalhada das variações no impacto dessas diretrizes em diferentes horários do dia e em condições climáticas variadas poderia enriquecer ainda mais a pesquisa, revelando a necessidade de considerar a temporalidade e a variabilidade climática na eficácia das intervenções urbanas.

Lima, Aguiar e Maria (2021) também se concentram na experiência das mulheres no bairro Jardim Esplanada, destacando que a falta de iluminação adequada e áreas isoladas contribuem para a insegurança. As diretrizes propostas, como melhorias na iluminação pública e criação de áreas de maior visibilidade, são pertinentes, mas uma análise mais ampla que considere fatores socioeconômicos e culturais poderia oferecer uma compreensão mais profunda das barreiras enfrentadas pelas mulheres.

Por fim, os estudos analisados oferecem diretrizes importantes para a promoção da acessibilidade urbana, mas também evidenciam lacunas que, se abordadas, poderiam fortalecer a eficácia dessas propostas. A integração de dados quantitativos, a definição de planos de manutenção para áreas verdes e a inclusão de diferentes perspectivas são aspectos cruciais que devem ser considerados em pesquisas futuras. Somente assim será possível construir cidades verdadeiramente inclusivas e acessíveis, que atendam às necessidades de todos os seus habitantes.

4. Conclusão

A análise das diretrizes projetuais para a promoção da acessibilidade urbana revela avanços importantes, mas também destaca áreas que necessitam de atenção contínua e aprofundada. A infraestrutura urbana, incluindo calçadas, sinalização e áreas verdes, desempenha um papel crucial na garantia de um ambiente acessível para todos os cidadãos. No entanto, a implementação eficaz dessas diretrizes ainda enfrenta desafios significativos.

A necessidade de uma infraestrutura urbana adequada, que englobe calçadas com dimensões e características apropriadas e sinalização clara e visível, é uma constante evidenciada pelos estudos revisados. Embora as diretrizes atuais abordem essas questões, a prática muitas vezes mostra deficiências na execução e na manutenção, comprometendo a acessibilidade.

Além disso, as áreas verdes urbanas, que são essenciais para a saúde e o bem-estar, requerem não apenas uma adequada criação, mas também uma manutenção contínua e um planejamento que considere sua acessibilidade a todos os grupos etários e sociais. A ausência de planos de manutenção pode resultar em áreas subutilizadas ou potencialmente perigosas, o que compromete os benefícios esperados.

Outra questão relevante é a adaptação das diretrizes às necessidades específicas de diferentes grupos de usuários, como crianças, idosos e pessoas com deficiência. A consideração das

perspectivas e experiências desses grupos na formulação e implementação das políticas urbanas é essencial para assegurar que as intervenções sejam realmente inclusivas e eficazes.

Portanto, para avançar na criação de ambientes urbanos acessíveis e inclusivos, é imperativo adotar uma abordagem integrada que considere a diversidade de necessidades e contextos. Isso inclui a integração de dados quantitativos para uma análise mais precisa, a implementação de planos de manutenção eficazes e a inclusão de feedback de diversos grupos de usuários. Somente através de um planejamento rigoroso e da aplicação consistente de diretrizes adaptadas será possível alcançar cidades que promovam a equidade, a participação plena e o bem-estar de todos os cidadãos.

5. Referências

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). (2020) NBR 9050: Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro: ABNT.

Bisinoto, M. L. C; Andrade, L. M. S; Wiesinieski, L. C. B. S. (2023) Análise das dimensões da sustentabilidade urbana no município de Alto Paraíso-GO: uma contribuição para a revisão do plano diretor. ICTS-UNB. Alto Paraíso-GO. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/47591>

De Araújo, K. F; Lima, A. P. C; Leão, M. B. M. S. (2022) Propostas à Mobilidade Urbana: Percepção sobre os espaços livres públicos de circulação do Conjunto Jardim Maguari, em Belém, Pará. PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 6, n. 23, p. 254-273. Belém, PA. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/4011>. DOI: 10.15210/pixo.v6i23.4011

Detoni, L. P; Rocha, E. (2022) Cartografia do desejo nas cidades pequenas. PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 6, n. 21, p. 188-205. Região Sul do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/4011>

edu.br/index.php/pixo/article/view/2969. DOI: 10.15210/PIXO.V6I21.22924

Fernandes, L. R.; De Souza, R. B. R. (2023) Caminhos Infantis: Diretrizes para o desenvolvimento da caminhabilidade infantil. *ÁTRIO*, v. 5, n. 2. Juiz de Fora, MG. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/ATR/article/view/3608>

Fernandes, M. E; Masiero, É. (2020) Relação entre conforto térmico urbano e zonas climáticas locais. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 12, p. e20190247. São Carlos-SP. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/3gvsB6hgxV83wm8FpHy5fw/?lang=pt&format=html>

Heichard, Y. O. G. B. (2023) Conforto ambiental em campus universitário: Uma revisão sistemática de literatura nacional. In: Encontro Latino Americano e Europeu sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/euroelecs/article/view/3552>

Leichter, M. et al. (2021) Uma linguagem de padrões para mobilidade urbana: Estudo de caso no município de Feliz, RS. In: Encontro Latino Americano e Europeu sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis, p. 1086-1099. Feliz, RS. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/euroelecs/article/view/2680>

Leite, A. C. G; Espindula, L. (2020) A correlação de políticas públicas urbanas com o patrimônio histórico e natural: O caso de Manhumirim/MG. *Pensar Acadêmico*, v. 18, n. 3, p. 666-697. Manhumirim/MG. Disponível em: <https://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/pensaracademico/article/view/1649>. DOI: 10.21576/pa.2020v18i3.1649

Lima, G. V. B. A. et al. (2019) Análise quali-quantitativa da sustentabilidade de Castanhal (PA) de acordo com seu plano diretor participativo (2007-2016). *Revista Geonorte*, v. 10, n. 36, p. 52-76. Castanhal, PA. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/5336>. DOI: 10.21170/

geonorte.2019.V10.N36.A52.76

Lima, S. B. E; Aguiar, V. M; MARIA, Y. R. (2021) Urbanismo sob a ótica de gênero: O espaço urbano (não) vivenciado pela mulher no Jardim Esplanada em Teodoro Sampaio – SP. *Colloquium Socialis*, p. 85-104. São Paulo, SP. Disponível em: <https://revistas.unoeste.br/index.php/cs/article/view/4212>

Lima, V. L. (2020) Aspectos qualitativos do desenho urbano na mobilidade do pedestre: as vias com corredores de ônibus em São Paulo. In: XII Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, São Paulo-Lisboa, 2020. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. São Paulo, SP. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2117/336481>. DOI: 10.5821/siiu.9860

Marchioro, M.; Petry, C. (2022) Possibilidade de natureza no meio urbano através do paisagismo: áreas verdes em cidade de pequeno porte - Nova Araçá, Rio Grande do Sul. *Conjecturas*, v. 22, n. 8, p. 88-116. Nova Araçá, Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1146>. DOI: 10.53660/CONJ-1146-S18

Oliveira, L. F. (2020) Participação Popular no Planejamento Urbano: Um Caminho para a Inclusão, *Cadernos de Planejamento Urbano*, 15(1), 23-37.

Organização Mundial da Saúde. (2011) *World Report on Disability*. Geneva: World Health Organization. Disponível em: https://www.who.int/disabilities/world_report/2011/report.pdf

Silva, J. A. e Almeida, R. M. (2019) Acessibilidade nas Calçadas: Desafios e Oportunidades, *Revista Brasileira de Urbanismo*, 11(2), 45-58.

Tavares, L. F. e Montenegro, E. M. (2018) Acessibilidade e Mobilidade Urbana: Desafios e Propostas para Cidades Inclusivas, *Revista Brasileira de Política Pública*, 8(1), 45-62.